

GÊNERO, PATRIARCADO E DESIGUALDADES: DESAFIOS DE MULHERES NEGRAS E PARDAS

Débora Mara Lamin Fagundes¹
Fabiana Peçanha¹
Viviane Andrade Moura¹
Thiago Pereira Machado²

¹ Graduandos do curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES: deborammarajm@hotmail.com; fabiana.miglorenzo@outlook.com; viviane.vivi.andrade@gmail.com

² Professor orientador – Faculdade Multivix Cachoeiro – Psicólogo, Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional no Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo - PPGPSI/UFES: thiagopmachadopsi@gmail.com

Data de submissão: 26/03/2025

Data de aprovação: 04/04/2025

RESUMO

Esta pesquisa objetiva abordar sobre os desafios e impacto das práticas opressivas derivadas do atravessamento das questões de gênero e raciais vivenciadas pelas mulheres pardas e negras. A metodologia utilizada foi a cartografia, visto que este método se propõe a uma atitude atencional ampla o que possibilitou a descrição atenta da forma como as pessoas reagem enquanto respondiam ao questionário de pesquisa. A análise dos dados da pesquisa revela que as mulheres negras vivenciaram mais violência, violência obstétrica e negligência durante o parto assim como são as maiores vítimas de assédio e importunação sexual. Segundo os dados, 60% das mulheres brancas relataram ter sofrido assédio ou importunação sexual e 34,28% violência. No grupo de mulheres pardas e negras 82,22% já sofreram assédio ou importunação sexual e 44,48% violência. Sobre os dados qualitativos pode-se observar que o maior medo ao sair na rua das mulheres brancas está relacionado a assédio e importunação sexual já o grupo de pardas e negras demonstrou medo maior relacionado à violência.

Palavras-chave: racismo; sexismo; sofrimento psíquico.

ABSTRACT

This research aims to address the challenges and impact of oppressive practices arising from the intersection of gender and racial issues experienced by brown and black women. The methodology used was cartography, since this method proposes a

broad attentional attitude, which allowed for the careful description of how people reacted while answering the research questionnaire. Analysis of the research data reveals that black women experienced more violence, obstetric violence and negligence during childbirth, as well as being the greatest victims of sexual harassment and harassment. According to the data, 60% of white women reported having suffered sexual harassment or harassment and 34.28% violence. In the group of brown and black women, 82.22% have suffered sexual harassment or harassment and 44.48% violence. Regarding the qualitative data, it can be observed that the greatest fear of white women when going out on the street is related to sexual harassment and harassment, while the group of brown and black women demonstrated greater fear related to violence.

Keywords: psychological suffering; racism; sexism.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme o Censo Demográfico realizado em 2022, a população brasileira é composta por 203.080.756 habitantes, sendo 51,48% mulheres. Outro dado importante, conforme descrito por Djamila Ribeiro em “Pequeno Manual Antirracista” (2019), é que 56% da população brasileira são negros, “[...] o que torna o Brasil a maior nação negra fora da África” (Ribeiro, 2019, p.32).

O modelo societário atual brasileiro é resultante do entrelaçamento entre patriarcado, racismo e capitalismo. Segundo Milena Fernandes Barroso (2018), o elo existente entre o racismo e sexismo com o capitalismo não significa a constituição de um legado, mas algo essencial e próprio do capitalismo. O patriarcado opressivo antecedeu o capitalismo, contudo, há que se destacar que essas práticas opressivas sobreviveram à emergência capitalista e se estabeleceram como elemento necessário às relações sociais capitalistas (Barroso, 2018).

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024), no “18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024”, o perfil de mulheres mortas de forma violenta no Brasil permanece relativamente estável, sendo 66,9% mulheres negras na faixa etária entre 18 a 44 anos conforme os dados atualizados do ano de 2023. No ano de 2022 61,1% de mulheres negras foram vítimas de feminicídio. Conforme os

dados em 2022, 38,4% de mulheres brancas foram vítimas de feminicídio, por outro lado, 61,1% de mulheres negras foram vítimas de feminicídio. “Essa diferença, que já é gritante, se acentuou ainda mais em 2023, ano em que 63,6% das vítimas de feminicídio foram mulheres negras e 35,8%, brancas” (FBSP, 2024, p.141).

Como descreve Ribeiro (2019, p.36), “o racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele”. Ainda conforme a autora, muitas vezes a sociedade coloca o negro no lugar de “Wikipreta”, ou seja, como se pelo fato de uma pessoa ser negra ela precisasse ensinar e dar respostas sobre racismo para as outras pessoas. “Essa responsabilidade é também da pessoa branca e deve ser contínua” (Ribeiro, 2019, p.40). Para se pensar sobre a mulher negra na sociedade brasileira deve-se considerar que o processo complexo abrange a incidência da opressão de classe, de raça e gênero (Ribeiro, 2019).

De acordo com Djamila Ribeiro (2024), em “Lugar de Fala”, é importante destacar o nosso lugar de fala, entender que a mulher branca parte de um lugar privilegiado diferente da mulher preta e o não reconhecimento de que “experenciamos gênero de modo diferente, leva à legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher no mundo” (Ribeiro, 2024, p.51). Ainda conforme a autora, o não reconhecimento desses diferentes pontos de partidas resulta no não questionamento da mulher branca e a continuar reproduzindo opressões contra as mulheres negras.

Diante desses altos índices de violência contra as mulheres, principalmente com as características étnico-raciais pardas e negras, este estudo se propõe a fazer uma correlação desses dados com a pesquisa que levamos a campo. Este estudo buscou se atentar ao nosso lugar de fala como mulheres brancas. O objetivo da pesquisa é abordar sobre o impacto das práticas racistas e sexistas na saúde mental das mulheres negras e pardas. Nesse sentido, é apresentada a articulação estruturada no meio social entre o racismo e o sexismo, assim como são evidenciados alguns desafios e consequências destas práticas vivenciadas pelas mulheres negras e pardas. Espera-se que a pesquisa contribua para novos conhecimentos. Enfim, quando se toma conhecimento do real impacto destas práticas opressoras na saúde mental das mulheres, torna-se possível elaborar políticas públicas de enfrentamento, assim como instituir suporte psicológico para as vítimas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para este estudo, além da revisão bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de campo com a coleta dos dados através de formulário do Google Forms, o link foi compartilhado na Faculdade Multivix e orientamos as mulheres a enviarem o link para suas amigas. Este questionário buscou identificar se as mulheres já sofreram assédio sexual ou importunação sexual, violência, violência obstétrica, assim como identificar qual o maior medo das mulheres ao sair na rua. A população desta pesquisa se enquadra na faixa etária de maiores de 18 anos, do sexo feminino, sendo sua cor/raça branca, preta e parda. Devido ao baixo índice de respostas no questionário do Google Forms com mulheres pardas e negras optamos por realizar o questionário com as mulheres de forma presencial. O local escolhido foi a praia de Itaipava, ES, em um final de semana, o público-alvo foram as mulheres maiores de 18 anos com características étnico-raciais pardas e negras, totalizando 81 respostas.

Esta pesquisa utilizou como método a Cartografia que se caracteriza, segundo os autores Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana Escóssia (2015, p.17), “como método de pesquisa-intervenção”. A cartografia propõe uma reversão do método tradicional de metas prefixadas. Ou seja, caminha guiando-se por pistas que possibilitam considerar “os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (Passos; Kastrup; Escóssia, 2015, p.17). Ao adotar a intervenção como caminho o cartógrafo necessita mergulhar na experiência, compreender que o fazer e conhecer são inseparáveis e que o pesquisador não é neutro.

A escolha pelo método de pesquisa se fez pelo fato de a cartografia acompanhar o processo de produção e não apenas representar um objeto. Visto que “[...] numa perspectiva construtivista, não há coleta de dados, mas, desde o início, uma produção dos dados da pesquisa” (Passos; Kastrup; Escóssia, 2015, p.33). Desta forma, ao adotar uma perspectiva construtivista se perde toda a narrativa experienciada no processo. Conforme conceituam os autores, a atitude atencional do cartógrafo o “[...] permite acompanhar as modulações e individuações dos objetos e da realidade” (Passos; Kastrup; Escóssia, 2015, p.106).

Cartografar é adentrar um território existencial, diante disso buscamos nos atentar às expressões das pessoas ao serem abordadas para responder o questionário de pesquisa, a influência não só do pesquisador como de outras pessoas que estavam do lado das participantes. Buscou-se identificar os signos vivenciados

nesses territórios existenciais não só das participantes como também de pessoas que estavam em volta como o próprio entrevistador (Passos; Kastrup; Escóssia, 2015).

Ademais, cabe destacar que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Multivix de Vitória, conforme registro no CAAE: 81363624.8.0000.5066 e parecer nº 7.088.403. Além disso, contou com o consentimento das participantes, assim como observou o disposto na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) necessário para desenvolver pesquisas que envolvem seres humanos.

3 DISCUSSÃO

3.1 A VIOLÊNCIA VIVENCIADA PELAS MULHERES PARDAS E NEGRA NA SOCIEDADE

De acordo com Silvio Almeida (2019), os estudos sobre sequenciamento do genoma comprovam a inexistência de diferenças biológicas e culturais que justifiquem qualquer tratamento diferente ou discriminatório entre os humanos. A raça é um elemento essencialmente político utilizado para naturalizar desigualdades. Otavio Henrique Ferreira da Silva *et al.* (2023), enfatiza a necessidade de a sociedade compreender que a diversidade cultural é um patrimônio da humanidade.

De acordo com Sérgio D. J. Pena (2005), não existe consenso sobre o significado exato de raça, é frequentemente utilizado como objeto de manipulação ideológica e pode ser usada de muitas maneiras. “Uma delas é no sentido morfológico, fenotípico, denotando um conjunto de caracteres físicos (por exemplo, cor da pele ou textura do cabelo) que nos permite identificar indivíduos como pertencentes a um certo grupo” (Pena, 2005, p.322). Esse sentido resulta no que costumeiramente, no Brasil, denominamos como raça negra, raça branca, entre outras.

Segundo Almeida (2019, p.22) “O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”. A discriminação racial ocorre quando membros de grupos racialmente identificados recebem tratamento diferenciado via escalas de poder que atribuem vantagens ou desvantagens por conta da raça. A discriminação pode ser direta quando países proíbem a entrada de negros ou judeus, isto é, o repúdio ostensivo motivado pela condição racial. A discriminação indireta é implícita quando a determinada situação de grupos minoritários é ignorada.

Conforme descrito no site do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2017), estereótipo caracteriza-se por generalizações socialmente construídas que resultam em uma falsa percepção social. Essas percepções levam à fixação de características a todas as pessoas de um mesmo grupo social, ou seja, é como se um indivíduo representasse o todo coletivo ao qual está vinculado, como classe, gênero, entre outros. Almeida (2019) descreve que considerar negros violentos e inconfiáveis ou judeus avarentos são exemplos de preconceito.

Segundo Almeida (2019, p.22), “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento”, pode se manifestar de forma consciente ou inconsciente, através de práticas que resultam em privilégios ou desvantagens para o sujeito a depender, no caso, do grupo racial a que ele pertence. O racismo é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade, ou seja, sustenta a lógica de reproduções de desigualdades e violência que moldam a sociedade contemporânea. Em síntese, o racismo, para Almeida (2019, p.27), “se materializa como discriminação racial”.

Considerando que as práticas opressivas vivenciadas pelas mulheres negras na sociedade têm muitas vezes seu ápice final no feminicídio é importante fazer uma breve introdução desse conceito. De acordo com as autoras Stela Nazareth Meneghel e Ana Paula Portella (2017), o termo feminicídio foi utilizado pela primeira vez em 1976, por Diana Russel, em Bruxelas, no Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, para caracterizar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres. Desse modo, compreende-se como feminicídio toda morte resultante de mutilação, perseguição, assédio sexual, escravidão sexual, estupro, espancamento. Neste sentido, o feminicídio se inicia com a violência psicológica e segue de física ou sexual.

De acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023), no “17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023”, o maior número de registros de estupro no Brasil ocorreu no ano de 2022 sendo as principais vítimas meninas e negros. Conforme os dados, 88,7% das vítimas de estupros são mulheres e 76,9% são negras. No entanto, os dados atualizados são ainda mais alarmantes, visto que “[...] o Brasil atingiu um novo recorde de estupros e estupros de vulneráveis consumados, com 83.988 vítimas no ano de 2023. Com a estatística atualizada, o país registrou 1 crime de estupro a cada 6 minutos, segundo os registros policiais” (FBSP, 2024, p.160).

No ano de 2022 houve um crescente aumento em todos os tipos de violência contra a mulher, com maiores níveis de vitimização por agressão e assédio desde 2017, o feminicídio teve uma taxa de 6,71% de crescimento resultando em um total de 1.437 mulheres mortas. Os crimes de agressão por violência doméstica aumentaram 2,9% totalizando 245.713 casos, o número de denúncias por ameaça cresceu 7,2% resultando em 613.529 casos. A polícia Militar recebeu 899.485 ligações de denúncia, o que equivale a 102 acionamentos por hora. Os “registros de assédio sexual cresceram 49,7% e totalizaram 6.114 casos em 2022 e importunação sexual teve crescimento de 37%, chegando ao patamar de 27.530 casos no último ano” (FBSP, 2023, p.136).

De acordo com os dados do FBSP (2024, p.134) “O ano é 2023 e a violência contra a mulher no Brasil continua crescendo. Essa afirmação baseia-se na análise, em comparação com 2022, das taxas de registro de diferentes crimes com vítimas mulheres [...]” esses dados incluem a modalidade consumada e tentativas, os crimes de homicídio e feminicídio assim como ameaças, perseguições e agressões em contexto de violência doméstica. As tentativas de homicídios aumentaram 9,2% totalizando 8.372 mulheres. “As tentativas de feminicídio, por sua vez, cresceram 7,1%, atingindo 2.797 mulheres” (FBSP, 2024, p.148).

Conforme descrito no Atlas da Violência 2023, Daniel Cerqueira, Samira Bueno e colaboradores (2023, p.41), “quase 30% das brasileiras sofreram algum tipo de violência ou agressão durante o ano de 2022”. Percebe-se um aumento substancial de 5,3% de violência física contra mulheres desde o ano de 2017. Ainda de acordo com Cerqueira e Bueno (2023), no Brasil ainda existe desconhecimento referente à violência de gênero, visto que apenas no ano de 2015 que surgiu o conceito jurídico de feminicídio. Desta forma, muitas autoridades ainda estão em curso de aprendizado referente à classificação das mortes de mulheres que em sua maioria são notificadas como homicídio. Outras tantas são notificadas como Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI). Em suma, o que se observa é, na verdade, apenas a ponta do iceberg da violência contra as mulheres na sociedade brasileira.

Cerqueira e Bueno (2023) apontam três hipóteses para o crescente aumento da violência contra as mulheres nos últimos anos. A primeira hipótese está relacionada ao descaso do governo e uma redução do orçamento público federal para as políticas de enfrentamento à violência contra mulheres. O governo de Jair Bolsonaro reduziu “em 94% o orçamento para as políticas de enfrentamento à

violência contra as mulheres” (Cerqueira; Bueno, 2023, p.42). A segunda também está relacionada ao antigo governo de Bolsonaro radicalista que contribuiu para o aumento do conservadorismo, o qual reforça os valores patriarcais da sociedade.

A terceira hipótese apresentada por Cerqueira e Bueno (2023) é que a Pandemia da Covid-19, que se iniciou no final de 2019, pode ter contribuído para o aumento da violência contra as mulheres devido a cinco fatores: restrição de horário e funcionamentos dos serviços protetivos; devido ao isolamento houve um menor controle social da violência; devido à maior convivência familiar houve um aumento dos conflitos familiares; aumentos de separação dos casais e a perda econômica relativa das mulheres.

Segundo consta no Atlas da Violência 2024, Daniel Cerqueira, Samira Bueno e colaboradores (2024), as mulheres negras são as maiores vítimas de violência, no Brasil, 2.526 mulheres negras morreram vítimas de homicídio no ano de 2022 o que representa 64,4% das mulheres assassinadas. Neste mesmo ano, para cada grupo de 100 mil mulheres observa-se uma taxa de homicídio de mulheres negras de 4,2 enquanto a taxa de mulheres não negras foi de 2,5. De acordo com esses dados, as mulheres negras têm 1,7 vezes mais probabilidade de sofrerem homicídio no Brasil. Essa desigualdade na taxa de letalidade entre as mulheres no Brasil “revela o encontro do racismo estrutural com os valores do patriarcado” (Cerqueira; Bueno, 2023, p.48).

3.2 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO LEGADO DO PATRIARCADO

Segundo os estudos de Izabele Balbinotti (2018), ao fazer uma análise histórica, no princípio das relações sociais a população se alimentava da caça de animais de pequeno porte e da coleta, quase não existia guerra visto que não havia necessidade de conquista de novos territórios. Neste período, as mulheres se encontravam numa aura sagrada, sendo aquelas que geravam a vida e mesmo que já existisse a divisão do trabalho não havia desigualdade. Conforme descreve Ivan Jablonka (2021), algumas obras artísticas encontradas como a estatueta da “Vênus de Willendorf” são evidências de civilizações matriarcais existentes na Europa onde reinava a paz e o respeito, uma época destruída pela cultura da guerra.

Com o passar do tempo a coleta de frutos e o aproveitamento de raízes e restos abandonados por animais carnívoros não atendia mais à demanda crescente de alimentos (Balbinotti, 2018). Conforme os estudos de Jablonka (2021) no Paleolítico

os humanos eram nômades, talhavam ferramentas elaboradas que os possibilitavam matar animais de grande porte e ornar cavernas. A hipótese de uma divisão do trabalho sexual realizada a partir de comparações etnológicas indica que o masculino passa a exercer seus domínios voltados para atividades como caça de animais de grande porte e a transformação de matérias duras enquanto o feminino atuava no manejo de matérias macias como preparo de alimentos.

De acordo com Balbinotti (2018), diante da necessidade de conquistar novos territórios e abater animais maiores a força física tornou-se um atributo diferencial. Por sua vez, Jablonka (2021) argumenta que para garantir a sobrevivência da espécie as mulheres eram afastadas “[...] ou, no plano simbólico, o masculino escolheria a dureza e a morte, já que o feminino estaria associado à vida” (Jablonka, 2021, p.32).

Aos poucos vai se instalando a divisão do trabalho de forma que os homens se tornam responsáveis pela caça de animais e as indústrias líticas do período Paleolítico que consistiam nas produções de ferramentas de pedras. As mulheres parecem superiores aos homens por serem capazes de gerar outra vida, no entanto, o que prevalece é a subordinação das mulheres diante da maternidade. “A neolitização aprofunda a divisão sexual do trabalho iniciada no Paleolítico” (Jablonka, 2021, p.37).

A partir do desenvolvimento da agricultura a supremacia masculina se fortaleceu. A sociedade deixa de ser nômade e começa a estabelecer as primeiras aldeias (Balbinotti, 2018). Para Jablonka (2021) o desenvolvimento das atividades agrícolas tem relação com o surgimento de sistemas patrilineares, isto é, a transmissão de bens aos descendentes paternos, normalmente ao primogênito do sexo masculino. É importante destacar a existência de duas exceções da supremacia masculina que são “[...] as guerreiras da Ásia Central, armadas de flechas e machados, às quais os gregos prestam homenagem na lenda das Amazonas; e as “princesas” da Ásia do Sudeste e dos celtas, que levam imensas riquezas para o outro mundo” (Jablonka, 2021, p.40).

De acordo com Silvia Federici (2017), nas regiões pré-colombianas antes da colonização ainda havia importantes divindades femininas, assim como as mulheres tinham posições de poder e destaque nessas sociedades. “Antes da Conquista, as mulheres americanas tinham suas próprias organizações, suas esferas de atividade eram reconhecidas socialmente e, embora não fossem iguais aos homens, eram consideradas complementares a eles [...]” (Federici, 2017, p.400).

Estes registros mostram outros modelos de sociedades nas quais não havia desigualdades atribuídas a gênero, embora não signifique a ausência de outras formas de opressão. As mulheres não se restringiam apenas às atividades de dona de casa, elas eram agricultoras, tecelãs e produtoras de panos coloridos, oleiras, herboristas, curandeiras e sacerdotisas. No entanto, “Tudo mudou com a chegada dos espanhóis, que trouxeram sua bagagem de crenças misóginas e reestruturaram a economia e o poder político em favor dos homens” (Federici, 2017, p.401). A divisão sexual do trabalho foi se fortalecendo e se perpetuando para além da Europa e ainda permanece na atualidade dentro das casas em nossa sociedade (Jablonka, 2021).

De acordo com Balbinotti (2018), as sociedades transformaram-se em um sistema patriarcal, sendo os jovens e as mulheres subordinados ao poder paterno. Quando o homem percebe que tinha participação ativa na procriação começa a controlar e subordinar as mulheres, a sexualidade feminina é controlada pelos homens e elas são restringidas ao domínio privado.

Para as autoras Kalline Flávia S. Lira e Ana Maria de Barros (2018, p.284) “a concepção do patriarcado é originada do próprio nome, *pater* (pai), o que tem o poder”. No entanto, como descreve Balbinotti (2018), mesmo que o nome patriarcado seja derivado da palavra “pai”, não se restringe aqui a família e as relações parentais. “O termo designa também toda estrutura social que nasça do poder do pai” (Balbinotti, 2018, p.242).

O patriarcado de estado nasce com o surgimento das dinastias e o fortalecimento do reinado masculino. “O patriarcado do Estado nasce com a evidência do rei-homem” (Jablonka, 2021, p.41). O homem sempre esteve presente frente ao Estado o que lhes proporciona um poder especial. Desta forma, observa-se que o Estado sempre foi governado pela elite masculina, conseqüentemente o Estado é patriarcal desde seu surgimento. Com o fim do politeísmo, isto é, das divindades femininas, o panteão passa a ser governado por um Deus único, o criador do universo. “A ascensão do masculino culmina no monoteísmo” (Jablonka, 2021, p.45).

Conforme Lira e Barros (2018), o patriarcado é um modelo construído e perpetuado por um conjunto de sistemas sociais, familiares, religiosos, políticos e ideológicos. Esse conjunto resulta em uma relação de dominação-submissão fomentada por uma estrutura social onde o patriarca – senhor – exerce função dominadora que detém força e poder absoluto, o que inclui a submissão das mulheres.

Para Barroso (2018) a sociedade brasileira tem em sua origem o entrelaçamento dos sistemas racistas e opressores que são necessários para o capitalismo.

De acordo com as autoras Meneghel e Portella (2017), a dominação dos homens sobre as mulheres, tanto no âmbito social como individual, faz parte da crença que é idealizada pela sociedade patriarcal. Para Balbinotti (2018) essa mentalidade, que enaltece o controle das mulheres pelos homens, reflete o receio de perder o objeto sexual e social que está presente em grande parte das agressões motivadas por ciúme. Nesse sentido, a violência atua como um sistema de interposição sobre a subjetividade tendo como objetivo agir coercitivamente sobre o corpo do outro e atingir de forma subjetiva, afetiva e mental aquele que é vítima da violência.

A dominação masculina é evidenciada através da violência, isto é, a superioridade masculina toma forma através do ponto mais elevado da afirmação viril. O regime patriarcal se assemelha à sociedade romana em que o marido era o juiz da esposa, e, se a esposa não obedecia às suas regras, o marido como juiz tinha o direito de puni-la. Nesse sentido, a punição variava entre penalidades baixas até morte, conforme o juiz (marido) sentenciasse (Balbinotti, 2018).

O patriarcalismo também faz das mulheres vítimas da violência doméstica fruto dos excessos dessa relação dominadora. Além disso, o risco de maior incidência em mulheres com condicionantes raciais é constante pelo simples fato de ser mulher na sociedade marcada pelo modelo patriarcal (Meneghel; Portella, 2017).

Para Ribeiro (2019) há situações em que a mulher preta não se descobre como preta, mas sim é acusada de ser, por viver em uma sociedade em que as culturas europeias são vistas como superiores. Neste contexto, a mulher negra tende a se adaptar aos padrões impostos pela sociedade como forma de passar despercebida. Desde o período colonial a ultrassexualização das mulheres contribui para a propagação no imaginário coletivo da imagem de que as mulheres pretas são “naturalmente sensuais” e “fáceis”, estereótipos que participam para o fato das mulheres negras serem as maiores vítimas de violência sexual no Brasil.

Ao buscar a explicação da origem da violência contra a mulher, o machismo vai além de uma conduta culturalmente aprendida e reforçada a partir dos papéis de gênero. Essa cultura machista é reforçada através da comunicação, da mídia, das músicas e da literatura que reproduzem ideologias masculinas. Nesse sentido, é essencial, ao abordar sobre a violência, pontuar que as relações de poder estão intrinsecamente interligadas à violência doméstica, sendo que, na maioria das vezes,

a violência aparece quando o dominador se sente ameaçado e com medo de perder seu poder sobre o outro (Balbinotti, 2018).

Por fim, é importante ressaltar que há uma profunda associação entre a recorrente violência contra as mulheres, assim como a restrição de direitos que elas enfrentam e os valores estruturantes da sociedade baseados na cultura machista e patriarcal (Balbinotti, 2018). Desta forma, para se pensar sobre a violência doméstica faz-se necessário abordar o conceito patriarcal e de gênero visto que estão diretamente relacionados.

3.3 A DESIGUALDADE DE GÊNERO

Mesmo que a população feminina represente 51,48% do total de habitantes no Brasil permanece em nossa sociedade uma posição demarcada pelo patriarcado e construída a milênios onde os senhores detêm a força e se consideram donos das mulheres (Lira; Barros, 2018).

O gênero, a raça e a classe social são marcadores sociais que atravessam a subjetividade do sujeito. Essas identidades sociais alimentam a subordinação mais do que os papéis sociais ao longo da vida (Balbinotti, 2018). Para os autores Françoise Magalhães *et al* (2020) as desigualdades de gênero estabeleceram condições de trabalho e de vida diferenciados, este contexto contribui para a dependência financeira, o que, aliado ao regime patriarcal, torna-se um ambiente propício para a violência doméstica e influencia na saúde mental dessas mulheres. As mulheres, além de serem mais vulneráveis, muitas vezes tem seus sofrimentos invisibilizados.

A violência física severa como espancamento, ameaça com faca ou arma de fogo tem maior incidência em mulheres negras, assim como há prevalência de violência na residência em mulheres negras (FBSP, 2023). Observa-se que sobre a mulher negra operam vários sistemas opressores geradores de sofrimento psíquico. Desse modo, ao serem inseridas nesta estrutura social e integrantes da parcela mais afetada pela violência doméstica, as mulheres negras são também vitimadas por questões raciais e de gênero, articulando os danos psíquicos e potencializando-os (Cerqueira; Bueno, 2023).

Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Naira de Assis Castelo Branco (2021), afirmam que a múltipla desigualdade e discriminação existente na hierarquia de gêneros também forma a base da cultura patriarcal onde ocorrem exclusões. A violência contra os corpos femininos resulta da desigualdade de poder entre homens

e mulheres, tanto no âmbito público quanto no privado. Inúmeras vezes, a violência doméstica culmina no feminicídio (Rovai; Branco, 2021).

Para os autores Ana Luíza Casassanta Garcia e Adriano Beiras (2019) a construção social e cultural do gênero está intimamente relacionada à violência contra as mulheres com todas as suas nuances que perpassam a ética e a moral. Nesse sentido, Valeska Zanello e René Marc Costa Silva (2012) pontua que a reflexão sobre questões de gênero passa pela necessidade de desnaturalizar algumas diferenças tidas pela sociedade como intrínsecas.

É no ambiente doméstico, onde deveria ser o local mais seguro, que a violência de gênero se torna mais evidente. A cultura machista e patriarcal sustenta essa violência. Tais valores são usados para justificar comportamentos de dominação e poder que interferem na subjetividade feminina. É necessário problematizar a dimensão da violência doméstica, buscando compreender que a relação de dominação é histórico-cultural, foi construída, sendo assim, não é uma diferença de natureza universal irreduzível (Balbinotti, 2018).

Para Sandra da conceição da Silva e Jéssica Silva Rodrigues (2022), a violência contra a mulher na contemporaneidade é marcada por traços do período do poder colonial e apresenta atualizações, isto é, novas formas de opressões. Este contexto contribui para a formação de uma certa “cultura da violência” que se caracteriza por práticas de crueldade, perseguição e aviltamento dos corpos de mulheres. Infelizmente a sociedade brasileira está tão acostumada a esse cenário de violência que silencia diante da opressão e vai naturalizando as situações de violações de direitos, tornando-os como um processo corriqueiro (Lima; Rodrigues, 2022).

Para as autoras Júlia Magna da Silva Teixeira e Sabrina Pereira Paiva (2021) a violência doméstica afeta a saúde das mulheres de diversas formas, dentre elas o agravamento em quadros de saúde física, lesões, afastamentos do trabalho, consequências psicossociais e transtornos mentais. De acordo com Zanello e Silva (2012), o sofrimento por questões de gênero apresenta uma estrutura oriunda de processos históricos e forças que atuam tanto pela rotina do cotidiano como por intermédio de condicionamento sociocultural.

A fragilidade na saúde física e mental é aspecto relevante nas vítimas de violência no seio familiar e as queixas relativas a oscilações emocionais, sintomas de depressão, crises de ansiedade e outros são recorrentes, os quais, somatizados, têm repercussão psicossocial devido ao histórico da violência (Lima; Rodrigues, 2022).

Segundo Balbinotti (2018), pelo fato de a violência doméstica geralmente estar relacionada com uma pessoa com quem a vítima tem um vínculo afetivo, é gerada certa pressão social que resulta muitas vezes na não denúncia da violência. Um conjunto de fatores de coerção e repressão podem fazer parte desse ambiente de convivência e inibir atitudes de denúncia das situações vividas por mulheres em situações de violência doméstica. Além de ameaças e intimidação, outros condicionantes, como o contexto socialmente aceito de dominação e submissão, por vezes fomentado por crenças, religiosidade ou construções históricas, atuam como agentes repressores e inibem o encorajamento para externar e denunciar a violência doméstica. Nesse contexto prospera uma atmosfera de medo e sujeição ao sofrimento inerente ao ambiente violento.

3.4 APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E RESULTADOS

Para Zanello e Silva (2012) devido ao gênero ser marcado pelo sistema patriarcal em nossa sociedade “a mulher é historicamente colocada a margem” (Zanello; Silva, 2012, p.268). Desta forma, observou-se que no dia das entrevistas as mulheres que estavam acompanhadas por seus parceiros ficaram mais intimidadas para responder o questionário da pesquisa, em contrapartida, os homens que estavam do lado das mulheres questionaram o porquê dessa pesquisa.

Enquanto uma mulher respondia a pesquisa o marido questionou que as mulheres hoje em dia têm alcançado direitos demais o que é ruim para elas visto que muitas empresas optam por não contratarem mulheres sendo ele mesmo dono de uma empresa e, diante dos direitos que as mulheres estão alcançando, prefere contratar apenas homens para, segundo ele, evitar confusão. De acordo com Federici (2017), o movimento de “caça às bruxas”, além de ter fortalecido a supremacia masculina, também induziu “os homens a temer as mulheres e até mesmo a vê-las como destruidoras do sexo masculino” (Federici, 2017, p.338).

Segundo os autores Rafael Lima Fernandes e Telma Low Silva Junqueira (2021), de acordo com as perspectivas feministas, ao abordar sobre a violência contra mulher é importante ampliar o olhar para além das relações do ambiente doméstico-privado ou afetivo-sexuais. É necessário considerar “[...] o campo de disputas entre as relações desiguais de poder que circundam a arena de gênero” (Fernandes; Junqueira, 2021, p.122). Desta forma, cabe refletir sobre esse modelo de sociedade que privilegia e normaliza determinadas construções sob uma hierarquia pautada em

um modelo binário de fêmea-macho que resulta na inferioridade da mulher. Uma sociedade que acredita que o fato de as mulheres estarem adentrando outros espaços além do doméstico-privado estão alcançando direitos demais.

Para os autores Júlia Heloíza dos Santos, Yuri Ernesto de Almeida Gaia e Irene Rodrigues de Oliveira (2021) a identidade masculina mantida durante séculos foi atingida na modernidade quando as mulheres começam a lutar pela igualdade entre os sexos principalmente após os movimentos feministas em meados do século XX. As mulheres começam a ingressar na vida pública, buscando romper com a cultura machista e patriarcal, passam a ocupar espaços nos campos sociais, políticos e econômicos que eram ocupados apenas por homens. Diante das conquistas que as mulheres vêm alcançando é necessário o sujeito-masculino se reposicionar na sociedade. Desta forma, ao perder a identidade sólida o homem sente-se perdido e ameaçado visto que há séculos vem ocupando este lugar de privilégio.

Por outro lado, observou-se que as mulheres que não estavam acompanhadas por seus parceiros responderam ao questionário de forma mais leve, sem pressões e se abriram mais em suas respostas, inclusive falaram dos desafios nas experiências de parto e até mesmo referente a serem assediadas e colocaram isso como um dos maiores medos. Coisa que não foi possível com as mulheres que estavam acompanhadas por seus parceiros.

Para Cinthia Maria da Lisboa (2023) o silenciamento da mulher no decorrer da história faz parte de uma ordem da sociedade, o simples fato das mulheres nos espaços públicos gera medo, a mulher representa o caos. A mulher é tida como “O ser que deve conservar o silêncio e a submissão ao marido, conforme dizia o Apóstolo Paulo na primeira carta a Timóteo” (Lisboa, 2023, p.209). Muitas mulheres são silenciadas e suas dores ilegítimas, pode-se observar que ao abordar uma mulher que não estava acompanhada por seus parceiros sentiam-se na necessidade de falar e expressarem suas vivências, elas percebiam que tinham voz.

De acordo com as autoras Monise Tolentino dos Santos Marília Alves dos Santos (2022) o conceito de gênero é atravessado por outros marcadores sociais como “[...] identidade de gênero, orientação sexual, raça e etnia, classe social, escolaridade, relações urbano/rurais, dentre outras” (Santos; Santos, 2022, p.17). Nesse sentido, é importante destacar as reações de algumas pessoas quando chegavam no campo das questões referentes à identidade de gênero e orientação sexual. Alguns homens fizeram críticas a isso mostrando serem preconceituosos,

assim como teve uma mulher que disse: “hoje em dia putaria tem outro nome”. Para Raquel Pinho e Rachel Pulcino (2016) quando uma pessoa legitima uma determinada identidade e prática sexual ela reprime e marginaliza outras, isto é, a produção da heteronormatividade¹ resulta na exclusão das relações não heterossexuais.

Segundo Abdias Nascimento (2016), o Brasil herdou a cultura patriarcal de Portugal e quem mais paga o preço dessa herança é a mulher negra, que ainda nos dias de hoje, “por causa da sua condição de pobreza, ausência de *status* social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco (Nascimento, 2016, p.73), isso fica evidente nos dados obtidos na pesquisa.

Para análise dos dados as mulheres foram divididas em dois grupos, um composto por mulheres brancas e o outro inclui pardas e pretas. De acordo com os dados referentes ao total de mulheres que responderam ao questionário, no grupo de mulheres brancas 60% relataram já ter vivenciado pelo menos um episódio de assédio ou importunação sexual, 34,28% já sofreram alguma violência e 34,28% não vivenciaram nenhum episódio de violência nem importunação sexual ou assédio. No outro grupo, composto por mulheres pardas e pretas, 82,22% relataram já ter vivenciado pelo menos um episódio de assédio ou importunação sexual, 46,67% já foram vítimas de violência e apenas 13,33% não vivenciaram nenhum episódio de violência nem importunação sexual ou assédio.

De acordo com Lorena Gosendo Noletto (2022), as mulheres no Brasil sentem uma série de medos e insegurança ao andarem sozinhas na rua, visto que as mulheres correm o risco de serem estupradas ou assediadas verbalmente, fisicamente ou moralmente. Desta forma, as mulheres vivem em constante estado de alerta e ansiedade. Diante disso, foi levantada a questão sobre qual é o maior medo das mulheres ao sair na rua. As respostas mais recorrentes foram: sofrer algum tipo de violência (não especificaram que tipo de violência); violência sexual; ser assaltada; ser sequestrada (algumas ainda destacaram ser sequestrada e abusada sexualmente); ser abordada por estranhos; ser assediada ou abusada sexualmente e outras ainda relataram explicitamente que o maior medo ao sair de casa é de homens.

¹ Segundo Eloisio Moulin de Souza e Pereira Severino Joaquim Nunes (2013) a heteronormatividade age como uma norma que busca enquadrar todas as relações em um binarismo de gênero, pretendendo organizar as práticas e desejos embasados no modelo de casais heterossexuais reprodutivos.

Essa pergunta referente ao medo das mulheres em sair na rua evidencia a dificuldade de ser mulher em uma sociedade machista. No grupo de mulheres brancas 80% delas responderam que o maior medo ao sair na rua está relacionado a serem abordadas por estranhos, abusadas ou assediadas, violências sexuais e até mesmo feminicídio; 6,66% das respostas estavam relacionadas a roubo, assalto e sequestro; 6,66% responderam que o maior medo ao sair na rua é sofrerem algum tipo de violência e não especificaram o tipo e 6,66% outros. No grupo que inclui mulheres pardas e negras 52,5% relataram que o maior medo ao sair na rua está relacionado a serem abordadas por estranhos, abusadas ou assediadas, violências sexuais e até mesmo feminicídio; 27,5% associaram o medo com roubo, assalto, sequestro e 20% relataram que o maior medo ao sair na rua é sofrerem algum tipo de violência e não especificaram o tipo.

De acordo com Cerqueira e Bueno (2024), a chance de uma mulher negra ser assassinada no Brasil no ano de 2022 é 1,7 vezes maior. Em consonância com esses dados as respostas sobre o maior medo das mulheres pardas e negras ao sair na rua está relacionada a serem vítimas de violência. A interseccionalidade entre raça e gênero aliada à insuficiência de políticas específicas de proteção às mulheres, principalmente pardas e negras, corrobora para o cenário de racismo estrutural e institucional onde todos esses elementos “[...] são chaves interpretativas que precisam ser consideradas para compreender esses altos índices, uma vez que mulheres negras são tradicionalmente mais expostas a fatores geradores de violência, em comparação com mulheres não negras” (Cerqueira; Bueno, 2024, p.42).

Conforme os dados referentes ao total de mulheres que têm filhos que responderam à pesquisa, 14,28% de mulheres brancas relataram ter vivenciado durante o parto negligência ou violência obstétrica, enquanto no outro grupo que inclui pardas e pretas, 19,23% sofreram violência obstétrica e 34,61% relataram negligência no parto. Para Almeida (2019) as práticas racistas podem se manifestar de forma consciente ou inconsciente, através de práticas que resultam em privilégios ou desvantagens para o sujeito a depender, no caso, do grupo racial a que ele pertence. Enquanto elemento que integra a organização econômica e política da sociedade o racismo sustenta a lógica de reproduções de desigualdades e violência que moldam a sociedade contemporânea. Os dados obtidos na pesquisa deixam evidente o sofrimento vivenciado pelas mulheres pretas e pardas em comparação ao grupo de

mulheres brancas assim como evidencia o racismo institucional das mulheres puérperas.

Um estudo realizado por Ana Beatriz Lira de Andrade (2021) objetivou uma análise da articulação intrínseca dos fenômenos de racismo e sexismo e suas consequências na vida da mulher. Segundo a autora, para ser mulher em uma sociedade machista torna-se necessário “calcular o lugar, a hora, a forma de falar, o jeito de se vestir, e tantas outras hipóteses que exigem serem feitas por causa do medo” (De Andrade, 2022, p.22). Isso fica evidente no questionário no qual a pergunta era “qual o seu maior medo ao sair na rua” e uma participante respondeu ter medo de usar determinadas roupas e ao sair na rua sofrer importunação sexual.

3.5 REPRESENTATIVIDADE NEGRA E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O CASO ALMEIDA

Diante da temática da pesquisa estar direcionada às mulheres pardas e negras e abordar sobre o racismo optou-se por usar a obra de Silvio Almeida. Conforme relatou a jornalista Flávia Oliveira no Podcast Extra – Silvio Almeida demitido do governo Lula, em O Assunto, realizado pela entrevistadora Natuza Nery, no dia cinco de setembro de 2024 Silvio Almeida, até então ministro no Ministério de Direitos Humanos, recebeu denúncias de ter assediado várias mulheres, entre elas a ministra Anielle Franco, da Igualdade Racial. A ministra Anielle relatou que Silvio Almeida colocou a mão de maneira indevida em sua perna por debaixo de seu vestido (Extra..., 2024).

É importante destacar que o ocorrido abrange várias dimensões sendo elas a privada pois engloba a vida particular e familiar desses indivíduos, envolve idealização, romantização, projetos políticos de inclusão assim como representatividade política da população negra que historicamente são excluídas desses espaços de poder. Envolve a dimensão institucional uma vez que o ministro se manifestou por canais do ministério e por fim ocasionou uma crise política visto que envolveu outros ministérios, outros ministros e outras autoridades até, por fim, chegar ao Palácio do Planalto e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se posicionar demitindo o ministro Silvio Almeida (Extra..., 2024).

Silvio Almeida negou as acusações, em sua defesa disse que isso não passa de uma estratégia política para afetar sua imagem e até mencionou sobre situações de perseguições que estaria vivenciando por ser um homem negro. É comum os

agressores dizerem que as vítimas de assédio não têm como provar que estão falando a verdade e, na maioria das vezes, elas não têm mesmo como provar, isso faz com que as mulheres sejam silenciadas em suas falas, acusações e traumas resultando, muitas vezes, no descrédito de seus relatos (Extra..., 2024).

Diante do ocorrido com o autor isso gerou um certo desconforto visto que a temática do trabalho aborda sobre como as mulheres sofrem na sociedade machista, são assediadas e são, de certa forma, silenciadas. O Brasil é um país com muita violência de gênero e misoginia, com muito abuso e violência sexual como foi evidenciado no decorrer desta pesquisa. Aqui não cabe análise de culpados ou inocentes até mesmo porque o caso ainda está sob investigação. No entanto, cabe destacar como todo o caso foi tratado de maneira que foram expostas publicamente as vítimas e o suposto agressor, principalmente a Anielle Franco. De modo geral, essas denúncias acontecem em sigilo para evitar revitimização da vítima assim como não tirar o direito do agressor de defesa que é típico nas democracias (Extra..., 2024).

A partir das lutas e movimentos feministas as mulheres vêm conquistando legislações de enfrentamento assim como cobram por políticas públicas governamentais para que essas mulheres possam ser assistidas. Visto que uma das dimensões que mais levam as vítimas a não denunciarem os agressores é justamente a falta de acolhimento a esse público (Extra..., 2024). Ao desenvolver pesquisas relacionadas ao sofrimento psíquico da mulher negra em uma sociedade machista e patriarcal, é possível gerar dados e conhecimentos para subsidiar políticas públicas voltadas para essa população. Percebe-se uma escassez de locais de acolhimento para essas mulheres vítimas de violência assim como uma limitação imposta pela cultura patriarcal que captura a mulher como produto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método cartográfico permite a pesquisa ir além dos fatos abrangendo-se a experiência. Desafia a rigidez pré-estabelecida nos métodos estruturalistas, o que contribuiu significativamente para os dados qualitativos. Proporcionou um olhar atencional voltado para além das participantes. Na cartografia há uma inseparabilidade entre intervenção e pesquisa, sendo uma das características deste método de pesquisa a desterritorialização na narrativa, o que permite ao pesquisador caminhar por outras vias que antes não se propunha.

As mulheres, no geral, relataram muito medo e ansiedade em sair na rua sozinha, a insegurança perpassa a violência física, envolve importunação sexual e abusos. Pode-se observar também que as mulheres que estavam acompanhadas por seus parceiros no momento da entrevista foram, de certa forma, silenciadas por eles, muitas vezes suas questões e sofrimentos são ilegítimos. Enquanto as mulheres que estavam sozinhas ou entre outras mulheres estavam mais abertas a falar e compartilhar suas histórias. Os resultados alinhados a outras fontes de estudos indicam que as mulheres pardas e negras são as maiores vítimas de violência, assédio ou importunação sexual. Assim como evidenciam o racismo institucional sendo as mulheres pardas e negras as maiores vítimas de violência obstétrica e negligência durante o parto.

A sociedade ainda reflete os movimentos de silenciamento das mulheres como “a caça às bruxas”. Os homens sentem-se ameaçados pelo fato de as mulheres estarem conquistando novos espaços. Em suma, por sofrer tanto devido às questões raciais como às de gênero as mulheres negras estão inseridas no grupo mais afetado. A mulher negra é acometida pela intensificação das opressões resultantes da interseção entre raça e gênero. Ocorre assim a potencialização dos danos à saúde mental gerados nas vítimas dessas violências que se unem a tantos outros.

É necessário aprofundar o debate na temática que abrange essa articulação entre questões de gênero e raciais considerando que o sofrimento vivenciado pelas mulheres negras e pardas não pode ser negligenciado, assim como é necessário o reconhecimento de que os danos psíquicos delas possuem um elo entrelaçado ao racismo. O tema perpassa pela escassez de dados sobre o racismo da mulher preta e a desigualdade delas na sociedade sexista e patriarcal. Espera-se que esta pesquisa ajude a despertar nas pessoas a reflexão sobre suas ações de modo crítico, além de gerar contribuições para a conscientização da sociedade no que tange a atitudes antirracistas, assim como fomenta novas pesquisas e projetos sociais para incrementar políticas de apoio e enfrentamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da ESMESC**, [S. l.], v. 25, n. 31, p. 239–264, 2018. DOI:

10.14295/revistadaesmesec.v25i31.p239. Disponível em:
<https://esmesec.emnuvens.com.br/re/article/view/191>. Acesso em: 7 mai. 2024.

BARROSO, Milena Fernandes. **Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista**. Serviço Social & Sociedade, n.133, p.446–462, set. 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7j9vq6SZxtg6bxSDqc9CHLd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set.2024.

CAMPOS, Françoise Magalhães, *et al.* Estresse ocupacional e saúde mental no trabalho em saúde: desigualdades de gênero e raça. **Cadernos Saúde Coletiva**, Bahia, v. 28 (Cad. saúde colet., 2020 28(4)). p. 579-589. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/DWdMHv3Ty8556HXRmcbTDC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 mai.2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>. Acesso em: 06 set.2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>. Acesso em: 09 out.2024.

CONSELHO Federal de Psicologia. **Relações raciais**: Referências técnicas para atuação de psicólogas(os). Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf. Acesso em: 15 out.2024.

DE ANDRADE, Ana Beatriz Lira. **Considerações sobre o sexismo e o racismo na cultura brasileira**: psicanálise, gênero e raça. Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa, 2022. Disponível em:
<https://www.jus.uniceub.br/pic/article/viewFile/8877/5321>. Acesso em: 20 ago.2024.

EXTRA: **Silvio Almeida demitido do governo Lula**. Entrevistado: Flávia de Oliveira. Entrevistador: Natuza Nery. [S.L.]. O Assunto, 7 set.2024. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2UvZl1HFvoaL7QiGYZlhqV?si=ntZvTWkRL-qiTWOUmDbKw&nd=1&dlsi=d00f5a07cce54811>. Acesso em: 10 out.2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Rafael Lima; JUNQUEIRA, Telma. Low Silva. Homens, gênero e violência contra as mulheres: reflexões sobre sentidos atribuídos às masculinidades. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 33, n. 2, p. 117–125, maio 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/fractal/a/7gBLcw4Gtjpcpt5nz5r7tPd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 out.2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuários Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/content>. Acesso em: 09 out.2024

GARCIA, Ana Luíza Casassanta; BEIRAS, Adriano. A Psicologia Social no estudo de justificativas e narrativas de homens autores de violência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n.spe2, p. e22564,45-58, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/g8DbhvXFzDVhMXs96k85HXw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 mai.2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pirâmide Etária**. Brasília, DF: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 19 nov.2023.

JABLONKA, Ivan. **Homens justos: do patriarcado às novas masculinidades**. São Paulo: Todavia. 2021.

LIMA, Sandra da conceição da Silva; RODRIGUES, Jéssica Silva. A violência contra a mulher na perspectiva da Psicologia: uma revisão. **Revista de Psicologia**, [s. l.], v.13, n.1, p.139–153, 2022. DOI: 10.36517/revpsiufc.13.1.2022.11. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/71609>. Acesso em: 6 mai. 2024.

LISBOA, Cinthia Maria da Silva. O silenciamento das mulheres na história: uma análise da caça às bruxas nos livros didáticos do sétimo ano do ensino fundamental. **Mundo Livre: Revista Multidisciplinar**, v. 9, n. 1, p. 205-236, 16 out. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivres/article/view/55903/35122>. Acesso em: 08 out.2024.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. Rio de Janeiro, RJ: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. Ciênc. saúde coletiva, 2017 22(9), p. 3077–3086, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SxDFyB4bPnxQGpJBnq93Lhn#>. Acesso em: 21 set. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOLETO, Lorena Gosendo. **A masculinidade hegemônica e a violência contra as mulheres na sociedade brasileira a partir da perspectiva de homens jovens e de psicólogos clínicos**. 2022. Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/16113/1/21751206.pdf>. Acesso em: 07 out.2024. Monografia. (Conclusão do Curso de Psicologia) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES, Brasília, 2022.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PENA, Sérgio D. J. Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 12, n. 2, p. 321–346, maio 2005.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/4HVGFSRLKrw93YqbfdB3dt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 out.2024.

PINHO, Raquel; PULCINO, Rachel. Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 3, p. 665–681, jul. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/PyPCKtCntxn8QbhTTVtZMzM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 out.2024.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Pólen, 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; BRANCO, Naira de Assis Castelo. Mulheres sobreviventes no Piauí: violência severa de gênero e patriarcado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 29, n. 3, e70541, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n370541. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/QK7Ybkzqpp5LJPYwfKDGC6z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 mai.2024.

SANTOS, Júlia Heloíza dos; GAIA, Yuri Ernesto de Almeida; OLIVEIRA, Irene Rodrigues de. A (Des) Construção da Masculinidade Heteronormativa e a Construção das Novas Masculinidades em Volta Redonda (2013-2020). **Simpósio**. 2021. Disponível em:

https://www.academia.edu/117851818/A_Des_Constru%C3%A7%C3%A3o_Da_Masculinidade_Heteronormativa_e_a_Constru%C3%A7%C3%A3o_Das_Novas_Masculinidades_Em_Volta_Redonda_2013_2020. Acesso em: 07 out.2024.

SANTOS, Monise Tolentino dos; SANTOS, Marília Alves dos. **A mulher como produto e o homem como poder: análise sobre a dicotomia de gênero no longa-metragem o escândalo**. In: CORRER, Rinaldo; REIS, Verônica Lima dos (org.). **Leituras sobre a sexualidade: a construção da masculinidade - reflexões sobre subjetividade**. **Sexualidade & Mídias**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022. p.15-35.

SILVA, Otavio Henrique Ferreira da, *et al.* Do Racismo Científico ao Racismo Social: O Conceito de “Raça” nas Relações Humanas. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 14, n. 40, p. 410–428, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7866929. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1230>. Acesso em: 16 out. 2024.

SOUZA, Eloisio Moulin de; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. (Re) produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. **RAM. Revista de Administração Mackenzie** v.14, n.4, São Paulo, 2013, p.76-105. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/3668/4439>. Acesso em: 17 out.2024.

TEIXEIRA, Júlia Magna da Silva; PAIVA, Sabrina Pereira. Violência contra a mulher e adoecimento mental: percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. e310214, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/7CRjQTCrkX7RXrC7XFT3jDs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04. mai. 2024.

ZANELLO, Valeska; SILVA, René Marc Costa e. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Rev. Bioética**. [Internet]. 5.set.2012. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/745/776. Acesso em: 28. out.2024.